

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO DE "AQUISIÇÃO DOS **SERVICOS** DE **CERTIFICAÇÃO** ENERGÉTICA DE FOGOS EM PRÉDIOS DE HABITAÇÃO SOCIAL NA FREGUESIA DE **ALCABIDECHE** NO **CONCELHO** DE **CASCAIS - LOTE 8"** 627/DCP/2022 NO VALOR DE € 2.091,00 C/IVA ----- PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE CASCAIS, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva número 505 187 531, com sede na Praça 5 de Outubro, número 9, 2754-501 Cascais, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS, nos termos do número 1 do artigo 57.º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro e com os poderes resultantes do disposto nas alíneas a) e b) do número 1 e da alínea f) do número 2 do artigo 35.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.---------- SEGUNDO: VASCONCELOS E AMARAL, LDA., com sede na Travessa das Recolhidas, número 10, 1150-276 Lisboa, matriculada sob o número comum de matrícula e Pessoa Coletiva 514 171 570, com o capital social de € 250,00, representada neste contrato pelo seu gerente, SALVADOR DE SOUSA COUTINHO FERREIRA DO AMARAL,

com domicilio



CÂMARA MUNICIPAL

profissional na morada atras mencionada, com poderes para este ato, qualidade e poderes
que provou com a certidão permanente obtida via Internet, com o código de acesso
subscrita em 14 de dezembro de 2021 e válida até 14 de dezembro
de 2023
CELEBRAM, entre si, este contrato de "AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS DE
CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DE FOGOS EM PRÉDIOS DE HABITAÇÃO SOCIAL
NA FREGUESIA DE ALCABIDECHE NO CONCELHO DE CASCAIS - LOTE 8 " a
executar no prazo de 1080 dias para o total das duas fases, com início após a data de envio
da requisição da Câmara Municipal, que lhe foi adjudicado mediante concurso público, nos
termos da alínea a) do nº1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, por despacho do
Presidente da Câmara, em 14 de novembro de 2022, que aprova também a minuta do
contrato, no uso das competências decorrentes da alínea a) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-
Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do
Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, pelo preço de € 1.700,00 (mil e setecentos euros),
acrescido da quantia de \in 391,00 (trezentos e noventa e um euros), do IVA à taxa de 23%,
que perfaz o total de € 2.091,00 (dois mil e noventa e um euros) de acordo com a proposta
apresentada, em 20 de setembro de 2022, que aqui se dá como reproduzida e que fica a fazer
parte integrante deste contrato, e ainda o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos,
importância essa que será paga pela Tesouraria Municipal com as formalidades legais, a
cujo cumprimento se obriga e de acordo com as seguintes cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA:
1 - No caso do incumprimento das obrigações contratuais, qualquer uma das partes
adquire o direito a rescindir o presente contrato, sem prejuízo da indemnização a que houver
lugar pelos danos causados em virtude de tal incumprimento
2 - Não obstante o disposto no número anterior, a rescisão deve ser comunicada ao

Assinada digitalmente por CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS Data: 2023.01.04 12:36:07 GMT Assinada digitalmente por SALVADOR DE SOUSA COUTINHO FERREIRA DO AMARAL Data: 2023.01.03 11:57:36 GMT

Assinada digitalmente por 1



CÂMARA MUNICIPAL

contraente faltoso, no prazo de 10 dias úteis após a data em que o facto, ativo ou omissivo,
se tiver verificado, podendo aquele apresentar motivo justificativo em igual prazo
3 - No caso de a justificação não ser considerada procedente, deve comunicar-se tal
facto ao contraente faltoso, operando os efeitos da rescisão na data da primeira justificação
CLÁUSULA SEGUNDA
O primeiro poderá denunciar o presente contrato a todo o momento, desde que o
interesse público assim o exija e seja apresentada fundamentação nesse sentido
Nos termos do nº 1 do artigo 290ºA do CCP foi designado gestor do presente contrato
Diretora do Departamento de Obras de Manutenção e Reabilitação da EM
Cascais Envolvente
Foram advertidos os outorgantes que este contrato fica dispensado de Fiscalização
Prévia do Tribunal de Contas, nos termos do art.º 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na
sua redação atual, começando a produzir efeitos e tendo eficácia financeira a partir da data
da sua publicitação
O montante global deste contrato tem o cabimento n.º 114913 e o compromisso n.º
170565, na dotação prevista no Capítulo Orgânico 02 - Capítulo Económico 02 Grupo 02
- Artigo 25, do Orçamento da Câmara Municipal de Cascais para o corrente ano
Arquivam-se: declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., em 19 de
setembro de 2022 (válida por quatro meses), certidão emitida pelo Serviço de Finanças de
Lisboa - 4, em 19 de dezembro de 2022 (válida por três meses) e certificados de registo
criminal
O segundo outorgante, em nome da Sociedade que representa, aceita este contrato nos
precisos termos que ficam exarados a cujo cumprimento em nome dela se obriga
E, para constar se lavrou este contrato que vai ser assinado pelos outorgantes e por
mim na qualidade de Oficial Público,

Assinada digitalmente por CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS Data: 2023.01.04 12:36:07 GMT Assinada digitalmente por SALVADOR DE SOUSA COUTINHO FERREIRA DO AMARAL Data: 2023.01.03 11:57:36 GMT

Accinada digitalmento por



nomeada pelo despacho do Presidente da Câmara Municipal, nº. 3/2013, de 3 de janeiro.

Assinada digitalmente por CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS Data: 2023.01.04 12:36:07 GMT

Assinada digitalmente por SALVADOR DE SOUSA COUTINHO FERREIRA DO AMARAL Data: 2023.01.03 11:57:36 GMT